



O Estado de S. Paulo – 12 Dez 2003

Segundo o empresário, novas regras não atrairão capital privado Para Ermírio, novo marco afugenta investidor

Se havia temor antes de o modelo do setor elétrico ser apresentado, a preocupação aumentou com o anúncio feito ontem. Segundo especialistas e empresários, as regras traduzem a intenção de centralizar o poder nas mãos do governo, o que pode afastar ainda mais o investidor deste segmento, trazendo grandes transtornos para o País.

De acordo com o empresário Antonio Ermírio de Moraes, que tem vários empreendimentos no setor, o modelo adotado pelo governo é centralizador - uma condição que afasta novos projetos. "Se o governo está sem recursos, deveria estimular cada vez mais o capital privado a investir na área elétrica." O empresário afirmou que pretende marcar um encontro com a ministra Dilma Rousseff para esclarecer alguns pontos do marco regulatório.

Segundo ele, sem energia a economia brasileira não vai andar. "O que se deve fazer é procurar estimular cada vez mais a iniciativa privada a investir no setor. O governo não tem dinheiro para isso. Por que centralizar as decisões?", questiona.

Na avaliação do diretor-presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, os princípios do novo modelo do setor elétrico são bons, mas a concentração de poder no governo federal causa preocupação: "Os governos são suscetíveis a pressões políticas próprias do momento. Se há concentração do poder sobre o setor elétrico no governo, cria-se um canal direto entre as questões políticas e o setor." Para Sales, isso traz instabilidade às regras, o que pode influenciar na decisão de investimentos do setor privado.

Para o consultor Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE), o Ministério de Minas e Energia volta a ter os mesmos poderes que tinha no regime militar com esse novo modelo. "É o ministério quem vai nomear todo mundo, é ao ministério que todos estarão subordinados", diz. Ele também acredita que a mudança pode afugentar o investidor, que precisa de regras de longo prazo. "Delegar tudo ao ministério é colocar um risco político nas decisões, já que o ministério é um ente político", avalia. "Foi uma mudança de um regime voltado para o livre mercado para um regime intervencionista."

Outro especialista que está preocupado é o diretor do Departamento de Infra-Estrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Pio Gavazzi. Para ele, o novo modelo do setor elétrico será benéfico para o consumidor. Mas Gavazzi também tem dúvidas se irá atrair investidores. Ele também reclama da centralização do modelo, limitando inclusive o papel das agências reguladoras.

Segundo ele, do ponto de vista do consumidor o importante é que haja energia abundante a um preço razoável, independente de onde ela venha, fornecida pelo Estado ou pelo setor privado. No que se refere à atração de investimentos, Gavazzi diz que o modelo precisa atrair o capital externo: "E é justamente pelo fato de parecer centralizador que tenho dúvidas sobre o seu poder de atração de investimento."

Já na opinião do presidente da Associação Brasileira dos Engenheiros Eletricistas (ABEE), Luiz Oswaldo Norris Aranha, ex-secretário nacional de Energia e ex-presidente da Light (1979-85), se o governo quer garantir tarifas de energia mais baratas para a população tem de abrir mão de arrecadação tributária. "Tarifas mais baixas só vão existir se o governo abdicar da excessiva incidência tributária", diz. Segundo ele, cerca de 60% da conta de energia do consumidor residencial é de impostos, tributos e contribuições sociais.